



INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS: UM LENTO E SILENCIOSO CHAMADO À ESCOLARIZAÇÃO

Nelcicleide Viana Dias Caridade¹

RESUMO

Este artigo científico busca examinar o cenário desafiador enfrentado pela inclusão de estudantes surdos no ambiente escolar, discutindo a natureza complexa da educação desses estudantes e os obstáculos persistentes que limitam seu pleno acesso à escolarização de qualidade. Aborda-se o contexto da inclusão de estudantes surdos nas escolas regulares, evidenciando a necessidade de adaptações pedagógicas, linguísticas e sociais para garantir sua plena participação no ambiente educacional. Destaca-se a importância do reconhecimento da língua de sinais e da cultura surda como elementos fundamentais para a inclusão efetiva. Assim, espera-se enfatizar a necessidade premente de um compromisso mais forte com políticas inclusivas, práticas pedagógicas adaptadas e investimentos contínuos para assegurar uma educação de qualidade para os estudantes surdos. Nesse ponto, reforça-se a importância de promover uma sociedade mais inclusiva e consciente das necessidades das pessoas surdas.

Palavras-chave: Inclusão; Estudantes Surdos; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This scientific article seeks to examine the challenging scenario faced by the inclusion of deaf students in the school environment, discussing the complex nature of these students' education and the persistent obstacles that limit their full access to quality schooling. The context of the inclusion of deaf students in regular schools is addressed, highlighting the need for pedagogical, linguistic and social adaptations to ensure their full participation in the educational environment. The importance of recognizing sign language and deaf culture is highlighted as fundamental elements for effective inclusion. Thus, it is expected to emphasize the urgent need for a stronger commitment to inclusive policies, adapted pedagogical practices and continued investments to ensure quality education for deaf students. At this point, the importance of promoting a more inclusive society that is aware of the needs of deaf people is reinforced.

Keywords: Inclusion; Deaf Students; Pedagogical Practices.

¹ Mestre Profissional em Educação, no Programa de Pós- Graduação Profissional em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (PPPGE/UFT) (2023) de acordo com a PORTARIA Nº 389, DE 23 DE MARÇO DE 2017 que dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação Stricto Sensu, e o que estabelece a RESOLUÇÃO Nº 7, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017. Tem Licenciatura Plena em Letras Português e respectivas Literaturas (2009) pela Faculdade de Macapá (FAMA). É Especialista: em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (2009) e Literatura e Complementação em Docência superior (2009) pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER), em Atendimento Educacional Especializado - (AEE)/ (2011) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em: Língua de Brasileira de Sinais _ LIBRAS em Docência e Tradução e Interpretação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)/ (2019). Atualmente é professora da Educação Infantil no município de Macapá na E.M.E.I. Marlene da Silva Brito Virgolino e no Estado do Amapá em Macapá também professora da Educação Especial, atuando no Centro de Atendimento ao Surdo (CAS) onde trabalha na formação continuada.



INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes surdos no ambiente educacional tem sido objeto de discussão e debate em diversas esferas, destacando a importância de proporcionar uma educação acessível e igualitária para todos. Nos últimos anos, houve um crescente reconhecimento da necessidade de práticas educacionais inclusivas que atendam às especificidades linguísticas, culturais e pedagógicas dos estudantes surdos. No entanto, apesar dos avanços, persistem desafios significativos que limitam sua participação plena e efetiva no sistema educacional.

Assim, busca-se explorar o contexto complexo da inclusão de estudantes surdos, abordando não apenas as barreiras e desafios enfrentados por esses estudantes, mas também as estratégias e abordagens emergentes que buscam promover uma educação mais inclusiva e adequada às suas necessidades.

Um dos desafios principais enfrentados pelos estudantes surdos reside na questão linguística. A falta de reconhecimento e valorização da língua de sinais como meio legítimo de comunicação é um obstáculo significativo para sua aprendizagem e interação no ambiente educacional.

Além disso, a escassez de profissionais devidamente capacitados, a falta de materiais didáticos adaptados, as barreiras comunicativas e a incompreensão das necessidades específicas desses estudantes são desafios que persistem e impactam diretamente sua experiência educacional.

No entanto, há um movimento crescente em direção à implementação de práticas mais inclusivas. Estratégias que envolvem o reconhecimento da língua de sinais como língua legítima, a capacitação de professores, o uso de tecnologias assistivas e a adaptação de métodos pedagógicos têm sido exploradas para promover uma educação mais inclusiva para estudantes surdos.

Portanto, este artigo busca examinar o cenário desafiador enfrentado pela inclusão de estudantes surdos no ambiente escolar, discutindo a natureza complexa da educação desses estudantes e os obstáculos persistentes que limitam seu pleno acesso à escolarização de qualidade. Dito isso, espera-se analisar criticamente o cenário atual da inclusão de estudantes surdos, examinando os desafios enfrentados, as estratégias em andamento e as possíveis soluções para promover uma educação mais acessível e equitativa para essa comunidade.



A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS NA IDADE MÉDIA

Na Idade Média, a educação de surdos, surge diante da preocupação da igreja em desenvolver as práticas dogmáticas da igreja Católica, devido os surdos não apresentarem linguagem e não serem capazes de confessar, não tinham o direito de receber comunhão e se casar entre eles. Apenas com o consentimento da autoridade maior da igreja, o papa; ainda decidiam pela proibição dos surdos em receber herança e exercer o direito do voto como cidadão, como mencionam Honora e Frizanco (2013, p. 19) “Não tinham direito a testamento, escolarização e a frequentar os mesmos lugares que os ouvintes”. Então, os surdos eram vistos como estranhos, diante dos olhos da sociedade que se apresentava curiosa em vê-las e não se referia dignamente.

Portanto, os surdos eram discriminados e sofriam pré-conceitos por sua condição, a falta de audição e fala, que os tornavam na sociedade seres incapacitados desprovidos em desenvolver conhecimentos e vistos como pessoas deficientes. A igreja deliberava todo o poder de decisão referente a vida dos surdos. Essa instituição chegou a não os considerar como humanos por não atender os padrões de normalidade, diante das escrituras, conforme a Lei de Deus que defendia, segundo Honora (2014, p. 50) “a imagem e semelhança de Deus”. Então, por não possuírem audição os surdos estavam fora dos padrões sociais e logo não eram humanos.

Para Honora (2014) havia a existência de casamentos entre os membros familiares dos senhores feudais para não realizar a divisão de bens, assim também um grande número de pessoas nascia com surdez e não tinham boa aceitação por seus familiares, muito menos pelas sociedades, viviam isolados com suas amas de leite, e eram privados de participar dos eventos familiares e das festas locais de época.

A sociedade sob o poder da igreja, que estava preocupada em resolver a situação dos surdos, decidiu encaminhá-los para os mosteiros, onde os monges viviam mantendo os votos de silêncio, evitando a divulgação das sagradas escrituras para que o povo surdo continuasse sem linguagem. Porém, os monges desenvolveram uma linguagem gestual simples para se comunicar. Assim, a igreja resolveu fazer convites aos monges para serem responsáveis



pela educação dos filhos surdos dos senhores feudais, em troca como pagamento receberiam fortunas. Portanto, Pedro Ponce de León, espanhol, foi o primeiro monge beneditino, junto com dois surdos a residir no mosteiro e desenvolveram o primeiro alfabeto manual da história. Dessa maneira, esse espanhol foi reconhecido na história como o primeiro professor de surdos. A sociedade Feudal encaminhava seus filhos surdos para receberem educação, a fim da aquisição da fala e ser dado o direito de receber herança de seus familiares.

A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM MEIO AOS SÉCULOS VX A XIX

A educação de Surdos na França inicia-se no século XV, em 1453, quando surgiu a possibilidade que considerava o surdo como ser capaz de aprender por meio da Língua de Sinais ou Língua oral por Bartolo Della Marca d’Ancora. A partir desse momento, vários estudiosos, em várias partes do mundo passaram então a verificar de comprovar a sapiência dos Surdos em serem educáveis.

No século XVI, em 1500, o médico filósofo, italiano Girolamo Cardano pai de uma filha surda reconheceu por meio de estudos e trabalhos realizados que o surdo é capaz de desenvolver o pensamento através do uso da Língua de Sinais e escrita. Conforme Almeida e Maia (2013, p. 29) “a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem em que o meio melhor dos surdos aprendem é através da escrita”. Assim, verificou que os surdos podiam aprender através da escrita e que a surdez não era impedimento para aprendizagem; pois, podiam expor suas ideias, opiniões e aprender por meio da escrita que a considerou como representação da fala, permitindo aos surdos o acesso aos conhecimentos. Na Itália, os monges beneditinos desenvolviam sinais para se comunicar, a fim de preservar os votos de silêncio.

No século XVI, por volta de 1584, segundo a história, a educação dos surdos iniciou com Pedro Ponce de León, que foi considerado o professor de surdos. Este educava por meio da metodologia datilologia, escrita e oralização aos surdos filhos da nobreza. Foi o monge beneditino da Oña, na Espanha ficou conhecido por conseguir educar dois irmãos de família Aristocratas espanhóis em que um passou a ter o direito de receber herança e o outro formou em padre



segundo autorização do papa. Seu método de ensino desenvolvido não foi publicado em vida e gerou o esquecimento. Visto que na época os métodos de ensino aos surdos eram guardados sob sigilos de acordo com a tradição.

No século XVII, em 1620, na Espanha, Juan Pablo Bonet iniciou a educação de surdo por um membro da família Velasco, utilizando sinais, treinamento da fala, e o uso de alfabeto dactilológico. Teve tanto sucesso que recebeu nomeação de Marquês de Frenzo. Chegou a publicar o primeiro livro de educação de surdos que discorria o método oral, intitulado “Reducion de las letras y arte para enseñar a habla a los surdos”. Bonet defendia o quanto antes o emprego do alfabeto manual aos surdos, esse método foi a base para Europa.

A educação de surdos na França teve início no século XVIII com o professor Jacob Rodrigues Pereira, português que desenvolveu o ensino da oralização com sua irmã surda, utilizou o ensino da fala e exercícios auditivos. Obteve reconhecimento pela Academia Francesa de Ciências segundo Almeida e Maia (2013, p. 32) “Não temos nenhuma dificuldade em admitir que a arte da leitura labial com suas reconhecidas limitações, (...) será de grande utilidade para os outros surdos da mesma classe, (...) assim como o alfabeto manual que Pereira utiliza”. Exaltando a maneira de ensinar por meio da oralidade e o uso do alfabeto manual que proporcionou aprendizagem.

Segundo Honora e Frizanco (2013) relatam que esse trabalho de Pereira era voltado ao desenvolvimento visual e as pessoas surdas que possuísem graus de audição, o que tornava o método de oralização fácil, porém, duvidoso quanto a eficiência da oralização aos surdos profundos. Também, por desenvolver a escrita que não era considerada aspecto para inserir o sujeito na sociedade e sim, vista como meio de oportunizar a ausência da fala.

Nesse momento, o método oral aos surdos ainda foi bastante defendido por Johann Konrad Amman, um educador e médico suíço, que segundo Honora (2014, p. 53) “fazia com que seus pacientes aprendessem a leitura labial e usava espelhos e o tato para que os Surdos percebessem as vibrações e movimentos da laringe e cordas vocais, método muito parecido com as terapias fonoaudiológicas atuais no atendimento de pacientes surdos”. Nessa época, essa prática docente aos surdos devidos seu sucesso foi conservado em sigilo para não divulgar, manter o domínio, a posse e continuar recebendo valoroso pagamento por conseguir a desenvolver a fala e a escrita.



Os estudos comprovam que Charles Michel L'Epée recebeu reconhecimento como o pioneiro a desenvolver estudos referente a Língua de Sinais. Primeiramente com as duas surdas gêmeas que se comunicavam com gestos e posteriormente as pessoas surdas que andavam vagando nas ruas; ensinando até mesmo em sua residência, a Língua de Sinais e a gramática francesa sinalizada por meio dos Sinais metódicos. E L'Epée foi bastante criticado por estudiosos oralistas, como por exemplo: Samuel Heineken e Pereira que defendiam a língua oral ser a única forma responsável pelo desenvolvimento do pensamento.

L'Epée reconheceu a existência da Língua de Sinais como linguagem natural dos surdos, meio de comunicação e desenvolvimento do pensamento, através do método Sinais Metódicos; Assim, implementou a criação da primeira escola de surdos em Paris, no ano de 1775 e A Língua de Sinais foi bastante defendida por Charles Michel L'Epée que ainda publicou obra de regras sintáticas e o alfabeto manual criado por Bonet; realizava em praça pública o ensino por meio das perguntas na escrita que tornará o método eficiente. No ano de 1791 essa escola recebeu a denominação de Instituto Nacional para Surdos – Mudos, denomina-se de Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris.

Diante da preocupação da igreja em catequizar os então chamados surdos-mudos que estavam falecendo sem poder ter acesso a palavra de Deus e se confessar para ter absorção dos pecados, e saber que a educação a essa população era de extrema importância para ter acesso a leitura e escrita, oportunizado por meio da Língua de Sinais a exposição de suas ideias e pensamentos, como foco de seu ensino. Em meados do século XIX, em 1870, o abade Charles Michel L'Epée fundou um asilo, em Paris para as pessoas surdas aprenderem a Língua de Sinais e diante da eficácia da prática viso-gestual, através do método Sinais metódicos.

A aplicação do referido método acontecia na educação e também na saúde pelos médicos que mais tarde passaram a ter interesses em banir a surdez, acreditando na oralização. Diante desse embate entre o método de Sinais Metódico e a oralidade foi então realizado o I congresso Internacional referente a instrução de surdos em setembro de 1878 e conforme Ribeiro, (2015, p. 32) “havia um grupo que acreditava e defendia o método oral como a melhor



forma de ensinar”. Em decorrência a realização do ensino valorizavam e preferiam a utilização do método oral como melhor ao ensino.

Em 1644, o médico britânico, John Bwver observou ser de extrema importância a língua gestual para a educação dos surdos. Este médico foi o primeiro inglês a desenvolver o método para comunicação entre surdos e ouvintes. Defendia o uso do alfabeto manual, língua de sinais e Leitura labial. Assim, publicou a obra “A língua natural da mão e a arte da retórica manual”. Nesse momento acreditava na universalização da língua de sinais e na iconicidade na constituição dos elementos. E defendia a capacidade da língua de sinais expressar os conteúdos da língua oral.

John Wallis, em 1659 seguidor do método de Bonet, na Inglaterra foi considerado o fundador do oralismo. Porém rapidamente deixou de ensinar o surdo a falar e passou então a usar a língua de sinais para ensinar os surdos.

A educação de surdos, no século XVIII teve grandes evolução, atingindo o apogeu por ter inúmeras escolas para surdos fundadas e os surdos poderem se comunicar, aprender e discutir referente os mais diferentes conhecimentos dos diversos contextos; bem como desempenhar funções de trabalhos nos mais variados espaços. Os estudos e os trabalhos do abade oportunizaram grandes estudos e propagação em outros países como nos Estados Unidos que gerou a primeira escola de surdos com o ensino da Língua de Sinais americana.

A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS ATRAVÉS DO ORALISMO

O ensino aos Surdos através do oralismo iniciou em 1755, com Samuel Heinickei, na Alemanha, considerado o pai do método alemão, método conhecido como Oralismo Puro, com base na filosofia oralista, valorizando a comunicação através da fala. Ainda foi fundada a primeira escola do referido método em Lípsia, no início com 9 alunos. Segundo Almeida, e Maia (2013, 32) em carta, Heineken narra: “Meus alunos são ensinados por meio do processo fácil e lento de fala em sua língua pátria e língua estrangeira através da voz clara e com distintas entonações para aumentar suas habilidades de compreensão”. Ressaltava aos surdos a obtenção dos conhecimentos através do desenvolvimento da fala articulatória por meio da língua nacional e estrangeira e assim considerado o meio de ensino e acesso fácil a ser realizado. Em 1783,



na Itália, o Abade Tommaso Silvestri destinou-se ao ensino da fala e leitura labial em que utilizava os sinais como essenciais na forma de comunicação, se baseando nos trabalhos de L'Epée.

Nos Estados Unidos, os Surdos tiveram ensino que surgiu a partir de estudos feitos por Thomas Hopkins Gallaudet na Inglaterra onde o método de ensino lhe foi negado, por ser considerado secreto, caro e monopolizado não tendo êxito na busca, então, partiu à França, onde recebeu convite para estagiar junto a L'Epée no Instituto Nacional de surdos – Mudos de Paris, conheceu Laurent Clerc já formado com quem fez amizade e criaram a primeira escola para surdos no ano de 1817, de início utilizavam a Língua Francesa e gradualmente passou a ser ensinada a Língua Americana de Sinais. Nessa perspectiva, cresce a importância dos sinais para o ensino e Lewis Weld concluiu que os sinais não deviam ser proibidos.

Surge o oralismo e treinamento da Leitura Oral as pessoas surdas com condições de aprender e dessa maneira Thomas Hopkins Gallaudet criou-se a primeira escola de surdos nos Estados Unidos, em Northampton mais precisamente em Massachusetts para crianças de 10 anos com o objetivo de levar os surdos a oralizar realizar a LOF. Assim, o método da Pronúncia foi desenvolvido por Alexander Melville Bell para ensinar os professores a trabalharem com os alunos surdos.

Após 57 anos, no ano de 1876, Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, implantou a primeira faculdade para surdos, em Washington. Desenvolveu o método combinado usando a Língua de Sinais e a Língua Oral e melhores atividades para os surdos e formação continuada aos professores, uso de recursos, do idioma escrito e a realização da LOF aos que possuísem condições de aprendizagem da fala para realizar treinamentos de articulação. Depois de anos de trabalhos com surdos resolveu realizar visitas a outros países com vista a verificar a eficiência do seu método de ensino. Em seu retorno, apoiou e adotou o oralismo aos alunos que podiam desenvolver a fala. Neste momento, no ano de 1869 Clerc que defendia o uso da Língua de Sinais, faleceu e o oralismo passou a ser a forma fundamental de ensino das pessoas surdas nas 8 décadas posteriores.

Em meio a sentimento de inferioridade da Língua de Sinais, Alexandre Grahm Bell, o inventor do telefone julgava a Língua Oral superior, como menciona



Almeida e Maia (2013, p. 40) “língua de sinais deveria ser utilizada como apoio à Língua Oral. O método oral puro deveria ser preferido, porque o uso simultâneo de sinais e oralidade têm a a desvantagem de prejudicar a fala”. Assim, defendia, exaltava a utilização da língua oral e desprestigiava a língua de sinais, alegando a utilização das duas línguas concomitantes ser prejudicial ao desenvolvimento cognitivo das pessoas surdas causando atraso.

Johann Conrad Amman, um médico suíço também seguia os pensamentos de Bonet e de Wallis, então criou e reconheceu um método pedagógico de fala e de leitura labial intitulado “surdos laquens”. Bem como implementou o movimento oralista alemão; os surdos eram considerados não ter direitos a ter fortunas e eram vistos como animais.

No ano de 1880, aconteceu o II Congresso de Milão, na Itália, o evento tinha por objetivo discutir a substituição da língua de sinais pela língua oral nacional, que defendia os princípios de Aristóteles, como afere Almeida e Maia (2013, p. 45) “A fala viva é o privilégio do homem, o único e correto veículo do pensamento, a dádiva divina, da qual foi dito verdadeiramente: a fala é a expressão da alma, como a alma é a expressão do pensamento divino”. Exaltando a fala e banindo oficialmente de todas as maneiras o uso da língua de sinais, reconhecendo a como prejuízo que gerava atraso do desenvolvimento intelectual da pessoa surda. Dessa forma, defendiam o uso do método oral puro como vantagem do desenvolvimento da fala, da LOF e da organização do pensamento através da exposição dos diversos assuntos.

Nesse evento estiveram reunidos representantes de vários países do mundo como: França, Grã-bretanha, Estados unidos, Canadá, Bélgica, Suécia, Rússia e da Itália; onde realizaram uma votação para determinar a forma de educação dos surdos. Porém, no acontecimento dentre os participantes, havia um surdo apenas, que não teve o direito de votar e ainda foi solicitado que se retirasse do local. De acordo com Honora (2014, p. 57) “a fala é incontestavelmente superior aos sinais e deve ter preferência na educação dos surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado”. Deste momento em diante o ensino da língua de sinais foi proibido.

Após o Congresso de Milão, o oralismo puro tomou conta da Europa; passou a existir o controle e o espaço dos professores em ministrar as aulas. Desvalorizando os surdos quanto a capacidade de serem educados e tomar



decisão. Esse pensamento, gerou a demissão e a eliminação dos professores surdos como educadores. Atitude que visava o enfraquecimento de manifestações com o uso da Língua de Sinais e fortalecia ações referentes ao oralismo. Assim, a fala cada vez mais passava a ser reconhecida como educação dos surdos a ser realizada.

O oralismo foi aceito e ganhou força a partir da concepção Aristotélica, que defendia a seguinte afirmação, de acordo com Moura (2015, p. 23) “[...] que os Surdos, por não falarem, eram desprovidos de razão”. A oralização às pessoas surdas era cada vez mais divulgada como fator preponderante a sua capacidade intelectual e através dela o Ser podia se tornar capaz de expressar ideias, pensamentos e conhecimentos através da representação das palavras. Porém, no início do século XX, 8 a 9 anos depois do Congresso foi observado que os surdos desenvolveram e desenvolviam fala ininteligível e que o desempenho de escolaridade quanto a leitura e escrita dos mesmos não eram resultados satisfatórios. Assim, percebeu-se que os surdos com o uso do oralismo não apresentavam fala clara e legível e nem desenvolvimento linguístico. Impossibilitava a compreensão dos conhecimentos e implicava a não conseguir emprego. Portanto, a partir do oralismo, na visão médica, com a intenção de normalização, os surdos que não evoluíram educacionalmente com a oralidade, ou seja, que não conseguiram aprender, receberam a nomenclatura de deficientes e passaram a ser sujeitos incapazes por não responder as expectativas pretendidas iguais aos ouvintes.

Esse momento de estudo nos mostra a educação de surdos opressora, retratando poder social, linguístico e cultural sobrepondo grau de superioridade ao ensino e aos seres prevalecendo a hegemonia, o domínio dos ouvintes nas tomadas de decisões por práticas homogênicas ou que atendam a sociedade majoritária, os ouvintes. Descartam as diferenças, potencialidades e propagam o pré-conceito, a discriminação, a diferença, a inferioridade, definindo os estudiosos como colonizadores. Como afirmam, Sá, Diniz e Vilhaça (2018):



Às vezes, o perfil de colonizador faz com que os propalados Estudos Culturais não sejam nada culturais: sejam individualistas e exigentes, pois se exige que as pessoas usem a língua, ou falem/ sinalizem / escrevam como os ditos normais. Faz com os “Estudos Surdos” gerem respeito pelo outro – pois isto tem a ver com as cosmovisões, e não com os aportes teóricos. As práticas, menos que os discursos, constroem o cotidiano (SÁ; DINIZ; VILLHAÇA, 2018, p. 23)..

Sendo assim, ao longo desse modelo educacional na história da educação das pessoas surdas, percebe-se o reforço por uma educação ouvintistas dentre aos modelos sociais, refletindo em fazeres que propagam uma visão elitista de dominantes e dominados em que a não utilização da língua oral auditiva caracteriza a condição do sujeito como incapaz e excluindo o do contexto, por não respeitar as diferenças.

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA MODERNIDADE

Diante de estudos, referentes ao ensino da Língua de Sinais, em 1960, foi comprovadamente que as pessoas surdas tinham desenvolvimento cognitivo através da Língua Gestual, sem interferências orais, segundo Almeida e Maia (2013, p. 43) “que os sinais não prejudicavam o desenvolvimento das crianças surdas, mas, ao contrário, ajudava-as no desenvolvimento escolar, sem prejuízo para as habilidades orais”. O estudioso William Stokoe confirmou o valor e a semelhança entre as Línguas de Sinais e as Línguas Orais nacionais e que permitia o surdo discutir e se expressar referente os mais diversos temas e no nível abstrato, transpondo a representação do pensamento. Então, Stokoe por meio de estudos fortaleceu o ensino da Língua de Sinais, seu reconhecimento e status linguístico por apresentar os Parâmetros, de acordo com Bentes e Hayashi (2013, p. 84) “a configuração de mão, o movimento e o ponto de articulação, por conseguinte, a possibilidade de uma descrição fonética, morfológica e sintática a partir desses parâmetros.” Oportunizando a contribuição da Língua pelo desempenho acadêmico dos cidadãos surdos.

Em 1971, quase cem anos depois do Congresso de Milão, houve o Congresso Mundial de Surdos em Paris que trouxe a valorização da Língua de Sinais por meio da CT, a fim de promover interação. Onde empregavam,



segundo Honora (2014, p. 58) “o uso da língua oral e sinalizada que podiam ser usadas concomitantes”. Assim, nessa filosofia surge um ensino dos vocábulos em português tendo apoio na Língua de Sinais, integrando a educação de surdos no ensino comum.

Conforme Bentes e Hayashi (2013) a CT, educação de Surdos, inicialmente se deu como maneira de estimulação precoce, em que se caracterizou por usar todas as formas de ensino para comunicar, fazendo apropriação das palavras em português pelos sinais da Língua de sinais, desenvolvendo o chamado pelos autores de Português Sinalizado, que possibilitava a prática bimodal, nas duas línguas, porém, não valorizando as palavras em diversos contextos.

Essa prática de ensino ao povo surdo, descaracterizava o canal comunicativo, espaço visual, fortalecia o uso da língua oral auditiva, que representou ineficiência na aprendizagem escolar, em que os professores adaptavam a Língua de Sinais a LP com enfoque de desenvolver o intelecto do sujeito. Se observava alienação do pensamento, atrelada ao oralismo. Segundo Moura (2015) a maioria dos alunos surdos permaneciam limitados de externar seus sentimentos, pensamentos relacionados a questões sociais, externos as atividades escolares, sem autonomia, comunicando-se de maneira precária, não obtendo o êxito no desenvolvimento linguístico.

No entanto, de acordo com a autora a cima citada, essa concepção de ensino, aos surdos, foi e ainda é considerada satisfatoriamente por muitos educadores que desconheciam e desconhecem as estruturas das línguas, seus elementos e se apropriam do uso da língua de sinais na estrutura da língua oral auditiva; sendo vista como prática de ensino eficiente; porém, para expor a ineficiência da aprendizagem desse povo, que obtinha pouco conhecimento e dificultava a compreensão para se discutir os assuntos, reforçando-os incapacitados de aprender.

A CT em 1975 foi comprovada como forma não satisfatória de ensino, pois tinha o enfoque de normalizar e integrar os surdos ao ensino regular. Segundo Bentes e Hayashi (2013, p. 84) “os idealizadores defendem que a normalização é um objetivo a ser atingido e a integração um método de ação para se chegar à pretendida normalização”. Prevalecia a presença da teoria oralista com ideal de realizar a fala, como se os surdos possuíssem defeitos na



audição e essa ideologia fosse corrigi-los, oportunizando a produção de conhecimento através da oralidade.

Nesse contexto, o desenvolvimento educacional das pessoas surdas foi comprovadamente baixo, por meio do ensino do português sinalizado, ou seja, a predominância do oralismo que mais uma vez se mostrou incipiente e a Língua de Sinais apresentou-se permanecer viva, em uso, com sua estrutura e gramática sendo considerada elemento de acesso ao conhecimento dos surdos. A eficiência da Língua de Sinais gerou o surgimento da nova proposta no processo de ensino de surdos através da educação Bilíngue em 1981.

MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

A educação de surdos no Brasil de acordo com Ribeiro (2015), começou com a chegada da família real em 1855, em virtude de Dom Pedro II possuir um neto surdo, então, houve interesses na instrução de surdos; a fim de abrir escolas para ensiná-los. Diante dessa realidade Dom Pedro II estendeu o convite a Eduard Huet, francês, professor surdo, para instituir o Instituto de Surdos Mudos, onde poderiam estudar os adolescentes e adultos.

No ano de 1857, no dia 26 de setembro, dia em que comemora o dia Nacional dos Surdos no Brasil, foi fundada no Rio de Janeiro a primeira escola de Surdos, conhecido atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sob o olhar do imperador. De acordo com Bentes e Hayashi (2013) o ensino acontecia individualmente e não em classes; bem como, instituía as disciplinas visando ministrar os conteúdos; a fim de expandir o conhecimento da língua oficial, trabalhar a leitura e a escrita, pregar a religião e os valores morais e sociais relacionados a realeza.

De acordo com Souza (2018) o ensino da língua de sinais por Huet, no Brasil, teve grande influência da escola francesa, inclusive o nosso alfabeto manual é muito semelhante ao do país europeu. Durante muitos anos, famílias abastadas da América do Sul, com membros surdos, viajavam até o Brasil para conhecer o Instituto e proporcionar educação aos seus familiares.

Em 1873 surge a publicação do mais importante documento encontrado até hoje sobre a Língua Brasileira de Sinais, o “Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos”, de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama, ex-aluno do



INSM com ilustrações de sinais separados por categorias (animais, objetos etc.). Infelizmente, poucos anos depois em 1880, acontece o Congresso de Milão, aonde somente pessoas ouvintes votaram, e retiraram o direito dos surdos de se comunicarem através de línguas de Sinais, causando um atraso de 100 anos no estudo e desenvolvimento dessas línguas.

O professor Huet realizou trabalhos do ensino do alfabeto manual que recebeu origem francesa. Segundo Honora (2014, p. 58) “fazia uso do alfabeto manual e a Língua de Sinais Francesa, em contato com surdos brasileiros, deu-se início à criação da LIBRAS, o que possibilita afirmarmos que a Língua Brasileira de Sinais tem origem na Língua Francesa de Sinais”. Assim, o alfabeto manual de LIBRAS foi criado e passou a ser divulgado pelos alunos surdos no Instituto através de seu uso.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, assim como de outros dispositivos legais como a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, a estrutura oferecida aos surdos com relação à educação começou a se estruturar. O artigo 205 e o inciso III do artigo 208 da CF e os artigos 4, 58, 59 e 60 da LDB, por exemplo, são marcos da garantia de igualdade de oportunidades no processo educacional oferecidas aos surdos.

Hoje, no Brasil, a ideia na educação de surdos é voltada ao Bilinguismo. A Libras é considerada a língua natural do surdo brasileiro e seus usuários são capazes de expressar tudo que uma língua oral conseguiria. Em 2002 o Decreto 5626, de 22 de dezembro, foi promulgado como outro importante documento referente aos direitos dos surdos, uma vez que se trata de um dispositivo específico através do qual o governo reconhece oficialmente a importância da utilização e da difusão das Libras como língua oficial dos surdos no país, para que seja pesquisada e ministrada em cursos comuns e universidades como disciplina obrigatória em todos os cursos de ensino superior voltados à licenciatura, além dos cursos de fonoaudiologia. Foi criado, ainda, o curso de formação superior de Letras-Libras. Ainda no ano de 2002, a partir da Lei 10.436, se oficializou a Língua Brasileira de Sinais e foi instituída a presença de um tradutor ou intérprete de línguas nos espaços em que se encontram as pessoas com surdez.

De acordo com Quadros e Karnopp (2004) as línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um



sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe, e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a inclusão de estudantes surdos no sistema educacional tem iluminado desafios e oportunidades que moldam não apenas o contexto educacional, mas também a sociedade como um todo. Este estudo explorou criticamente os elementos-chave que influenciam a experiência educacional desses estudantes, bem como estratégias para promover uma inclusão mais efetiva e significativa.

Ficou evidente ao longo desta pesquisa que a inclusão de estudantes surdos não é apenas uma questão educacional, mas também uma questão de direitos humanos e sociais. O reconhecimento da língua de sinais como uma língua legítima e a valorização da identidade cultural surda emergiram como pilares fundamentais para uma educação mais inclusiva e respeitosa.

A falta de recursos adequados, profissionais capacitados e estruturas institucionais adaptadas permanece como desafios significativos. No entanto, as estratégias emergentes, como a capacitação docente, o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis, a promoção de ambientes linguísticos inclusivos e o reconhecimento das necessidades específicas dos estudantes surdos são passos essenciais em direção a uma educação mais equitativa.

Além disso, o fortalecimento da parceria entre escolas, comunidades surdas, instituições educacionais e órgãos governamentais é essencial para implementar políticas mais inclusivas e garantir que a voz dos estudantes surdos seja ouvida e considerada no desenvolvimento de práticas educacionais mais adequadas.

Este estudo destaca que a jornada em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva para estudantes surdos é contínua e requer um compromisso contínuo de todos os envolvidos. É uma chamada à ação para que a sociedade e as instituições educacionais se unam em prol de uma educação que valorize e



respeite a diversidade, garantindo oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças linguísticas ou culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. S. R. **Manual Informativo Sobre Inclusão** - Informativo para Educadores, 2015.

BENTES, J. A. DE O.; HAYASHI, M. C. P. I. **Normalidade e disnormalidade formas do trabalho docente na educação de surdos**. Campo Grande, Brasil: Eduepb. 2013.

HONORA, M. **Inclusão educacional de alunos com surdez**: concepção alfabetização: ensino fundamental. São Paulo, Brasil: Cortez, 2014.

QUADROS, R. M. de. **Libras**. São Paulo, Brasil: Parábola, 2019.

RIBEIRO, M. do Carmo. **Redação de surdos**: uma jornada em busca da avaliação escrita. Curitiba, Brasil: Prisma, 2015.

SÁ, N. R. L. DE; DINIZ, H. H. G.; VILHAÇA. S. **Aliados e inimigos na/da educação de surdos: se você usar minha língua eu não lhe trucidado**. In: Barros, A. L. E. C. de, Calixto, H. R. S., y Negreiros, K. A. de. (Orgs.). **Libras em diálogo: interfaces com o ensino**. (pp. 15-23) Campinas, Brasil: Pontes, 2018.